

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA  
CONCESSIONÁRIA ROTA SERTANEJA MG-GO S.A.**

CNPJ/MF nº 63.929.367/0001-04

NIRE 31300182355

1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 02 de janeiro de 2026, às 10:00h, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na Rua Belmira Montes Barroso, nº 122, Jardim Maracanã, CEP 38.041-096 (“Companhia”).
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), em razão da presença da acionista titular de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo e apostas no livro de presença de acionistas da Companhia.
3. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Paulo Augusto Franzine; e Secretário: André Felipe Fernandes Figueira.
4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre:
  - (i) a 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático, nos termos do artigo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”), a ser formalizada por meio do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Concessionaria Rota Sertaneja MG-GO S.A.*”, a ser celebrada entre a Companhia, na qualidade de emissora, e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”, “Agente Fiduciário” e “Escritura de Emissão”, respectivamente);
  - (ii) a outorga e constituição, pela Companhia, de Cessão Fiduciária dos Recebíveis da Concessão (conforme abaixo definido), nos termos Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), de forma compartilhada, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, em garantia do

pagamento das obrigações a serem assumidas **(a)** pela Companhia, no âmbito da Emissão; e **(b)** pela Rota da BR 153 MG-GO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 63.929.444/0001-26 ("Acionista Direta"), no âmbito de sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 2 (duas) séries, no montante total de R\$ 397.000.000,00 (trezentos e noventa e sete milhões de reais), na data de emissão das debêntures a ser indicada na Escritura de Emissão da Acionista Direta (conforme definido abaixo) ("Data de Emissão Acionista Direta"), com as seguintes principais características: serão emitidas 397.000 (trezentas e noventa e sete mil) debêntures ("Debêntures Acionista Direta"), todas com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão Acionista Direta, vencendo-se em 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão Acionista Direta, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão Acionista Direta, sendo certo que sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Acionista Direta, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Emissão Acionista Direta") as quais serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, sob o rito de registro automático, nos termos do artigo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta Acionista Direta"), e nos termos e condições a serem dispostos na "*Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Rota da BR 153 MG-GO S.A.*" ("Debenturistas Acionista Direta" e "Escritura de Emissão Acionista Direta", respectivamente);

- (iii)** a outorga de procurações, pela Companhia ao Agente Fiduciário, pelo prazo de vigência do Contrato de Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Procurações");
- (iv)** autorizar a diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, a praticarem todos e quaisquer atos necessários para a negociação dos termos e condições

e efetivação da Emissão, realização da Oferta, e outorga e compartilhamento das Garantias Reais (conforme abaixo definido), bem como a adotarem todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** contratar o Coordenador Líder (conforme abaixo definido); **(b)** contratar os demais prestadores de serviço para realização da Oferta; **(c)** negociar e definir os termos e condições das Debêntures e da Oferta; e **(d)** negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures, à Oferta, à outorga e Compartilhamento das Garantias Reais, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão, ao Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), aos Contratos de Garantia, às Procurações, bem como eventuais aditamentos, termos, instrumentos de procuração e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; e

- (v)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a realização da Emissão e/ou da Oferta, bem como para a outorga e/ou constituição e compartilhamento das Garantias Reais.

**5. DELIBERAÇÕES:** Após as oportunas discussões, a única acionista decidiu, sem ressalvas, o seguinte:

**5.1.** Aprovar a Emissão e a Oferta com as seguintes características principais, e a celebração da Escritura de Emissão:

- (a) Número da Emissão.** A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Companhia.
- (b) Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).
- (c) Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única.
- (d) Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 360.000 (trezentas e sessenta mil) Debêntures na Data de Emissão.
- (e) Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Nominal Unitário”).

- (f) **Data de Emissão** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser indicada na Escritura de Emissão (“Data de Emissão”).
- (g) **Data de Vencimento**. Ressalvadas as hipóteses a serem previstas na Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão (“Data de Vencimento”).
- (h) **Destinação dos Recursos**. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio das Debêntures serão utilizados para pagamento futuro e/ou reembolso de gastos, despesas e/ou outorgas relativas ao Contrato de Concessão e relacionados à implantação da Concessão, inclusive a realização de depósito dos “Recursos Vinculados” (conforme definido no Contrato de Concessão) na Conta de Aporte (conforme definido no Contrato de Concessão);
- (i) **Registro Automático na CVM**. A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis. Nos termos do artigo 26, inciso X, da Resolução CVM 160, a Oferta não se sujeita à análise prévia da CVM e seu registro será obtido automaticamente, por se tratar de oferta pública de dívida de emissor não registrado na CVM e, assim, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, em conformidade com o § 2º do artigo 25 da Resolução CVM 160, desde que cumpridos os requisitos e procedimentos elencados no artigo 27 da Resolução CVM 160.
- (j) **Depósito para Distribuição e Negociação**. As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a liquidação financeira da distribuição realizada por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário, no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a liquidação financeira da negociação e dos eventos de pagamento e a custódia eletrônica das Debêntures realizada por meio da B3. Nos termos do artigo 86, inciso V, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Profissionais, sendo requerido adicionalmente que a Companhia cumpra as obrigações previstas no artigo 89 da Resolução CVM 160.
- (k) **Regime de Colocação**. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, destinada a Investidores Profissionais, a ser registrada sob o rito automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação, para o Valor Total da Emissão, observados os termos e condições dispostos no “*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de*

*Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.” a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).*

- (l) **Distribuição Parcial.** Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures no âmbito da Oferta.
- (m) **Agente de Liquidação e Escriturador.** O agente de liquidação da Emissão e escriturador das Debêntures será a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 07, Grupo 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Agente de Liquidação”, e “Escriturador”, respectivamente, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação e/ou o Escriturador, conforme o caso, na prestação dos serviços de agente de liquidação ou de escriturador, conforme o caso, da Emissão).
- (n) **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures.** As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, será expedido extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- (o) **Espécie.** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações;
- (p) **Conversibilidade e Permutabilidade.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.
- (q) **Subscrição e Integralização.** As Debêntures serão integralmente subscritas em uma única data, na primeira Data de Integralização (conforme adiante definido) das Debêntures, pelos Debenturistas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição da Oferta, conforme informada no Anúncio de Início, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo certo que a integralização das Debêntures deverá ocorrer à vista, no ato de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos da B3 (“Data de Integralização”). As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no

ato de subscrição, por decisão do Coordenador Líder, desde que referido ágio ou deságio seja aplicado de forma igualitária a todas as Debêntures integralizadas em uma mesma Data de Integralização, observado o disposto no Contrato de Distribuição.

- (r) **Atualização Monetária das Debêntures.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
- (s) **Remuneração das Debêntures.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures conforme aplicável) incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 2,35% (dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a primeira Data de Integralização, inclusive, até a data do efetivo pagamento da Remuneração das Debêntures ou outro evento de pagamento das Debêntures conforme será previsto na Escritura de Emissão, exclusive (“Remuneração das Debêntures”), de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão.
- (t) **Pagamento da Remuneração das Debêntures.** Ressalvadas as hipóteses de (i) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures (conforme abaixo definido); (ii) Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures (conforme abaixo definido); (iii) Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido); (iv) Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido); (v) resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido); e (vi) vencimento antecipado, conforme hipóteses a serem previstas na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures serão pagas em parcela única na Data de Vencimento .
- (u) **Amortização do Valor Nominal Unitário.** Ressalvadas as hipóteses de (i) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; (ii) Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures; (iii) Resgate Antecipado Obrigatório; (iv) Aquisição Facultativa; (v) resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado; e (vi) vencimento antecipado, conforme hipóteses a serem previstas na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.

- (v) **Encargos Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculado *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre os débitos vencidos e não pagos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).
- (w) **Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures.** A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão (i) resgatar antecipadamente a totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, mediante o pagamento do Valor de Resgate Facultativo das Debêntures (conforme abaixo definido) (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures”); e/ou (ii) amortizar antecipadamente até 98% (noventa e oito) por cento do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, conforme o caso, a seu exclusivo critério, em uma ou mais vezes, mediante pagamento do Valor de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures (conforme abaixo definido) (“Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures”). Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, o valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, apurados desde a primeira Data de Integralização (inclusive), até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures (“Data de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures”) (exclusive), acrescido dos Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, sendo certo que, não haverá incidência de prêmio. Em caso de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, o valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures a que farão jus os Debenturistas por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures corresponderá à parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou à parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a ser amortizada, acrescida da Remuneração das Debêntures incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a ser amortizada, apurados desde a primeira Data de Integralização das

Debêntures (inclusive), até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures (“Data de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures”) (exclusive), acrescido dos Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, sendo certo que não haverá incidência de prêmio. Os demais termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo Total e da Amortização Extraordinária Facultativa estarão previstos na Escritura de Emissão.

- (x) Resgate Antecipado Obrigatório Total.** Durante a vigência das Debêntures, a Companhia deverá realizar o resgate antecipado total das Debêntures: **(i)** caso opte pela Liberação das Garantias Reais (conforme definido na Escritura de Emissão), em vez do Compartilhamento das Garantias Reais com Novos Financiadores (conforme definido na Escritura de Emissão) e manutenção da Emissão, para contratação de um Financiamento Permitido, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento dos recursos decorrentes de quaisquer Financiamentos Permitidos (conforme a ser definido na Escritura de Emissão); **(ii)** no que ocorrer primeiro entre **(a)** o prazo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de indenização do Poder Concedente em decorrência da decretação de encampação da Concessão, e **(b)** o prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados a partir da decisão administrativa e/ou decisão judicial que tenha determinado a encampação da Concessão, desde que tal decisão não tenha sido revertida no prazo legal ou seus efeitos não tenham sido suspensos; em montante igual ou superior ao Valor do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido), em todos os casos com o consequente cancelamento das Debêntures (“Resgate Antecipado Obrigatório”), sendo que, nos casos **(i)** e **(ii)** acima, o montante que eventualmente sobejar o Valor do Resgate Antecipado Obrigatório após o Resgate Antecipado Obrigatório será de livre disposição da Companhia. Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido **(i)** da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização (inclusive) até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório (exclusive); e **(ii)** demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório, se houver, sendo certo que não haverá a incidência de prêmio (“Valor do Resgate Antecipado Obrigatório”). Os demais termos e condições do Resgate Antecipado Obrigatório estarão previstos na Escritura de Emissão.
- (y) Oferta de Resgate Antecipado.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures (sendo vedada oferta de resgate parcial), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, a qualquer tempo, em uma ou mais vezes,

assegurando a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures de que forem titulares (“Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures”), de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. O resgate antecipado no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures poderá ser realizado para aqueles Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado, sem que haja a necessidade de aceitação da totalidade dos Debenturistas. O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis*, a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures (inclusive), até a data do efetivo resgate antecipado (exclusive), se for o caso, de eventual prêmio que tenha sido oferecido pela Emissora e dos demais valores eventualmente devidos e não pagos nos termos da Escritura de Emissão. Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado estarão previstos na Escritura de Emissão.

- (z) Aquisição Facultativa das Debêntures.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir as Debêntures por: **(i)** valor igual ou inferior ao seu respectivo Valor Nominal Unitário ou respectivo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou **(ii)** por valor superior ao respectivo Valor Nominal Unitário ou respectivo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, incluindo os termos da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme em vigor (“Aquisição Facultativa”). Os demais termos e condições da Aquisição Facultativa estarão previstos na Escritura de Emissão.
- (aa) Repactuação Programada.** Não haverá repactuação programada das Debêntures.
- (bb) Garantias Reais.** Em garantia do fiel, pontual e integral adimplemento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, e pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos aos Debenturistas em relação à dívida representada pelas Debêntures, incluindo o pagamento integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração das Debêntures, dos Encargos Moratórios, multas, penalidades, despesas e custas, judiciais ou extrajudiciais, devidos pela Companhia, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, remuneração e eventuais despesas do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador, bem como, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações

judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, será constituída, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário:

- (i) a alienação fiduciária, pela Acionista Direta: **(a)** da totalidade das ações ordinárias e preferenciais (presentes e futuras), de sua titularidade e de emissão da Companhia, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações (“Ações Alienadas Fiduciariamente Companhia”); **(b)** de todas as novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia que venham a ser por ela emitidas e subscritas ou adquiridas no futuro durante a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Companhia (conforme abaixo definido), bem como quaisquer bens em que as Ações Alienadas Fiduciariamente Companhia sejam convertidas, inclusive em quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários, e todas as ações de emissão da Companhia que sejam porventura atribuídas à Acionista Direta, ou eventuais sucessores legais, incluindo mas não se limitando, por meio de bonificações, desmembramentos ou grupamentos de ações, consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações, divisão de ações, conversão de debêntures, reorganização societária, as quais, caso sejam emitidas, subscritas ou adquiridas, integrarão e passarão a estar automaticamente alienadas fiduciariamente nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Companhia e que passarão a ser incluídas na definição de “Ações Alienadas Fiduciariamente Companhia”; e **(c)** dos direitos, frutos e rendimentos decorrentes das Ações Alienadas Fiduciariamente Companhia, inclusive, mas não se limitando aos os lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, rendas, distribuições, proventos, bonificações e quaisquer outros valores creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, ou a serem creditados por qualquer razão, à Acionista Direta em relação às Ações Alienadas Fiduciariamente SPE, bem como todos os direitos a quaisquer pagamentos relacionados às Ações Alienadas Fiduciariamente Companhia que possam ser considerados frutos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital (“Alienação Fiduciária de Ações Companhia”), nos termos previstos no instrumento constitutivo da Alienação Fiduciária de Ações Emissora, a ser celebrado entre a Acionista Direta, o Agente Fiduciário e a Companhia (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Companhia”), sendo certo que a Alienação Fiduciária de Ações Companhia será objeto de Compartilhamento de Garantias (conforme definido abaixo);

(ii) alienação fiduciária, pela Way Concessões S.A., inscrita no CNPJ nº 57.582.342/0001-84 (“Way Concessões”) **(a)** da totalidade das ações ordinárias e preferenciais (presentes e futuras), de titularidade da Way Concessões e de emissão da Acionista Direta, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Acionista Direta, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações (“Ações Alienadas Fiduciariamente Acionista Direta”); **(b)** de todas as novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da Acionista Direta que venham a ser por ela emitidas e subscritas ou adquiridas no futuro durante a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Acionista Direta (conforme abaixo definido), bem como quaisquer bens em que as Ações Alienadas Fiduciariamente Acionista Direta sejam convertidas, inclusive em quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários, e todas as ações de emissão da Acionista Direta que sejam porventura atribuídas à Way Concessões, ou eventuais sucessores legais, incluindo mas não se limitando, por meio de bonificações, desmembramentos ou agrupamentos de ações, consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações, divisão de ações, conversão de debêntures, reorganização societária, as quais, caso sejam emitidas, subscritas ou adquiridas, integrarão e passarão a estar automaticamente alienadas fiduciariamente nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Acionista Direta e que passarão a ser incluídas na definição de “Ações Alienadas Fiduciariamente Acionista Direta”; e **(c)** dos direitos, frutos e rendimentos decorrentes das Ações Alienadas Fiduciariamente Acionista Direta, inclusive, mas não se limitando aos direitos a todos os lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, rendas, distribuições, proventos, bonificações e quaisquer outros valores creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, ou a serem creditados, por qualquer razão, à Way Concessões em relação às Ações Alienadas Fiduciariamente Acionista Direta, bem como todos os direitos a quaisquer pagamentos relacionados às Ações Alienadas Fiduciariamente Acionista Direta que possam ser considerados frutos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital (“Alienação Fiduciária de Ações Acionista Direta”), nos termos previstos no instrumento constitutivo da Alienação Fiduciária de Ações Acionista Direta, a ser celebrado entre a Way Concessões, o Agente Fiduciário e a Acionista Direta (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Acionista Direta” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Emissora, os “Contratos de Alienação Fiduciária de Ações”), sendo certo que a Alienação Fiduciária de Ações Acionista Direta será objeto de Compartilhamento de Garantias; e

- (iii) cessão fiduciária, pela Companhia, **(1)** dos direitos de que é titular decorrentes do Contrato de Concessão (conforme permitido nos termos do Contrato de Concessão), conforme descritos no Contrato de Cessão Fiduciária, observado o disposto nos artigos 28 e 28-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (“Recebíveis”), **(2)** de todos os direitos creditórios de titularidade da Companhia, incluindo as respectivas aplicações financeiras mantidas e/ou vinculadas à conta cedida por onde circularão os Recebíveis, **(3)** de todos os direitos creditórios de titularidade da SPE, incluindo as respectivas aplicações financeiras mantidas e/ou vinculadas à conta cedida por onde serão depositados os recursos referentes ao *Cash Collateral* (“Contas Vinculadas” sendo os subitens “1” e “2” definidos como a “Cessão Fiduciária dos Recebíveis da Concessão” e, em conjunto com Alienação Fiduciária de Ações Companhia e Alienação Fiduciária de Ações Acionista Direta, as “Garantias Reais” ou “Garantias”), nos termos do instrumento constitutivo da Cessão Fiduciária dos Recebíveis da Concessão a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de cedente fiduciária, e o Agente Fiduciário, na qualidade de credor (“Contrato de Cessão Fiduciária” sendo o Contrato de Cessão Fiduciária, quando referido em conjunto com os Contratos de Alienação Fiduciária de Ações, os “Contratos de Garantia”), sendo certo que o compartilhamento da Cessão Fiduciária deverá observar o disposto na Escritura de Emissão Companhia.
- (cc) **Compartilhamento de Garantias.** As Alienações Fiduciárias de Ações serão compartilhadas entre os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e os debenturistas da Acionista Direta, conforme disposto nos Contratos de Garantia (“Compartilhamento de Garantias”) e na Escritura de Emissão Acionista Direta. O compartilhamento da Cessão Fiduciária dos Recebíveis da Concessão com os debenturistas da Acionista Direta deverá observar o disposto na Escritura de Emissão Companhia.
- (dd) **Vencimento Antecipado.** As Debêntures poderão ter seu vencimento antecipado, automático ou não automático, declarado nas hipóteses e nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão.
- (ee) **Agência de Classificação de Risco.** Não será atribuído rating às Debêntures.
- (ff) **Desmembramento.** Não será admitido o desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração das Debêntures e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

- (gg) Demais Características.** As demais características das Debêntures e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a ela pertinentes.
- 5.2.** Aprovar a outorga e o compartilhamento, pela Companhia, da Cessão Fiduciária, em benefício dos Debenturistas e dos Debenturistas Acionista Direta, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.
- 5.3.** Aprovar a outorga das Procuções, pela Companhia ao Agente Fiduciário, pelo prazo de vigência do Contrato de Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, de forma a constituir o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seu bastante procurador. Desta forma, por meio desta deliberação, renuncia-se ao prazo expressamente previsto no estatuto social da Companhia.
- 5.4.** Autorizar a diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, a praticarem todos e quaisquer atos necessários para a negociação dos termos e condições e efetivação da Emissão das Debêntures, realização da Oferta, celebração dos Contratos de Garantia e outorga e compartilhamento da Cessão Fiduciária, bem como a adotarem todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando a, **(a)** contratar o Coordenador Líder; **(b)** contratar os demais prestadores de serviço para realização da Oferta, tais como o Agente de Liquidação, Escriturador, Agente Fiduciário, B3 e assessores legais, entre outros; **(c)** negociar e definir os termos e condições das Debêntures e da Oferta; e **(d)** negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures, à Oferta e a outorga e Compartilhamento das Garantias Reais, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão, ao Contrato de Distribuição, aos Contratos de Garantia, às Procuções, bem como eventuais aditamentos, termos, instrumentos de procuração e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos.
- 5.5.** Aprovar e ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores para a realização da Emissão e/ou da Oferta, bem como para a outorga e/ou constituição e compartilhamento das Garantias Reais.
- 6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas da acionista, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

7. **ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: Paulo Augusto Franzine; Secretário: André Felipe Fernandes Figueira. Acionista: Rota da BR 153 MG-GO S.A.

*A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, em livro próprio, tendo-se dela extraído cópias enviadas ao registro de comércio*

Uberaba/MG,02 de janeiro de 2026.

**Mesa:**

\_\_\_\_\_  
Paulo Augusto Franzine  
**Presidente**

\_\_\_\_\_  
André Felipe Fernandes Figueira  
**Secretário**

**Acionista:**

**ROTA DA BR 153 MG-GO S.A.**

\_\_\_\_\_  
Paulo Nunes Lopes

\_\_\_\_\_  
Paulo Vinicius Machado Gomes